



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ACTA NÚMERO DEZASSETE

Aos vinte e nove dias do mês de Novembro de Mil Novecentos e Noventa e Seis, pelas vinte horas, verificada a existência de quorum, reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho em Sessão Ordinária, para o que tinha sido convocada pelo seu Presidente, nos termos da Lei, a Assembleia Municipal deste Concelho, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- **Um - Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento do Município para o ano económico de 1997;**
- **Dois - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 23-10-96, referentes à taxa da Contribuição Autárquica relativamente aos prédios urbanos, prevista no artº 16º do Decreto-Lei nº 442-C/88, de 30 de Novembro, com a redacção dada pela Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro;**
- **Três - Aprovação do Regulamento Municipal destinado ao exercício de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros;**
- **Quatro - Regulamento Municipal de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos;**
- **Cinco - Regionalização;**
- **Seis - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.**

Aberta a Sessão e depois de conferidas as presenças dos Deputados desta Assembleia, verificou-se a ausência do Deputado Manuel José Gomes Lucas.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de inscrições para o público que quisesse intervir, tendo-se inscrito os Múncipes José Biscaia Massano Prata, Manuel André Abrantes Rosa e Luís Bruno Neves Abrantes.

O Múncipe Senhor José Biscaia Massano Prata apresentou o problema de uma construção que está a ser levada a efeito junto da sua casa e o Múncipe Senhor Manuel André Abrantes da Rosa pretendia que lhe fosse retirada uma multa por ocupação sem licença da via pública.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu aos Múncipes que as questões colocadas eram do âmbito da Câmara Municipal pelo que era à mesma que se deveriam dirigir.

O Múncipe Senhor Luís Bruno Neves Abrantes apresentou o problema de um terreno que comprou em Leandres, junto à serração alí existente para fazer as instalações da sua carpintaria. Posto a correr o processo de licenciamento, o mesmo foi indeferido pelo Parque Natural da Serra da Estrela por se encontrar numa zona de paisagem protegida (ZPP).

O Senhor Deputado Novo de Matos disse conhecer o caso e aconselhou o múnice a fazer pressão junto do Director do Parque para que seja aberta uma excepção dado que na zona existe equipamento similar.

O Senhor Presidente da Câmara disse que havia acabado de ter uma reunião com a Senhora Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e que lhe havia exposto este problema. A Câmara Municipal, se o múnice fizer um requerimento dirigido ao Ministro da tutela, acompanhará com atenção e ajudará a desenvolver o processo para que possa ser aberta uma excepção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado Luís Melo disse que não tinha votado favoravelmente o P.D.M., tendo este aspecto de ocupação de solos sido um dos que mais pesou na sua decisão. Apelou para que se comece a pensar em remodelar o P.D.M..

O Senhor Deputado José Martins Cleto perguntou ao munícipe se havia perguntado à Câmara Municipal se poderia construir ao que ele respondeu que havia perguntado ao Senhor Vereador José Abrantes Serra respondeu que consultou o topógrafo e todos juntos haviam visto se poderia ou não ser instalada a carpintaria no local.

O Senhor Deputado José Martins Cleto disse que esperava que em futuras situações não se respondesse aos munícipes sem antes ter a certeza do que se ia dizer.

O Senhor Munícipe disse que a Câmara Municipal não tinha culpa pois não tinha pedido por escrito um pedido de viabilidade e que ele também tinha observado as cartas do P.D.M..

O Senhor Presidente da Assembleia disse que se ninguém se opusesse, a Assembleia Municipal mandataria a Câmara Municipal, até porque esta já se tinha disposto a isso, a acompanhar um requerimento do munícipe até as instâncias superintendentes nesta matéria.

O Senhor Deputado Albino Cardoso disse que o problema era pertinente e que teria de ser resolvido mas, que a prazo, teria de ser revisto o P.D.M..

O Senhor Vereador José Abrantes Serra disse ao Senhor Deputado José Martins Cleto que não dá respostas aos munícipes sobre assuntos destes que antes não consulte o Gabinete Técnico e a resposta que lhe for dada pelos Técnicos é a que ele dá aos munícipes.

O Senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento da correspondência recebida e colocou-a à disposição dos interessados. Leu ainda, a pedido do Senhor Deputado Carlos Viegas, uma carta por ele endereçada sobre as afirmações proferidas na última Assembleia, acerca do Ford Orion descarregar cimento na Covilhã, desmentindo essa afirmação e pedindo desculpa pelo equívoco.

Deu ainda a conhecer a existência de dois requerimentos, que se encontra em anexo a esta acta, sobre a apropriação dos baldios pelo Estado Português.

O Senhor Presidente abriu o período de **Antes da Ordem do Dia** tendo os Senhores Deputados José Martins Cleto, Luís Melo e João Barbosa solicitado para intervir.

O Senhor Deputado José Martins Cleto pediu que constasse em acta um voto de pesar pela morte do Secretário da Junta de Freguesia de São Pedro.

O Senhor Presidente da Assembleia, em nome da Assembleia Municipal, pediu que constasse em nome de todos, o voto de pesar e a pública apresentação de condolências à família.

O Senhor Deputado Luís Melo apresentou uma moção sobre a usurpação dos baldios de Manteigas pelo Estado Português.

O Senhor Deputado João Barbosa apresentou uma proposta de aprovação em minuta das deliberações da Assembleia Municipal.

A moção sobre os baldios foi posta à votação e aprovada por unanimidade. A mesma encontra-se em anexo a esta acta.

Quanto à proposta de aprovação em minuta das deliberações, o Senhor Deputado Albino Cardoso disse não se opor se for salvaguardado o aspecto legal.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que seria melhor que a aprovação em minuta fosse caso a caso e não para todos os assuntos.

O Senhor Deputado Luís Melo disse que seria melhor aprovar sempre em minuta para tornar mais célere a actuação da Câmara Municipal nas deliberações da Assembleia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado José Martins Cleto disse que não concorda com a aprovação porque até seria contra o Regimento da Assembleia.

Posta à votação a proposta, que se encontra em anexo a esta acta, foi rejeitada com sete votos a favor, duas abstenções e oito votos contra.

O Senhor Deputado Novo de Matos perguntou se havia alguma disposição legal para que não pudesse ser aprovada esta proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que não veria qualquer inconveniente, inclusivé do ponto de vista legal.

O Senhor Deputado Novo de Matos disse que assim sendo, não percebia qual era a desvantagem de aprovar a proposta.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à discussão a acta da sessão anterior que depois de feitas as correcções achadas necessárias foi aprovada com catorze votos a favor e três abstenções por ausência.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos.

Um - Apreciação e votação do Plano de Actividades e Orçamento do Município para o ano económico de 1997;

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para este fazer a explanação dos documentos apresentados.

O Senhor Presidente da Câmara para fundamentar algumas opções começou por dizer que é vontade deste Executivo levar a cabo a execução do P.D.M. deste concelho.

Pediú que fosse distribuído um mapa de obra fictícia (que se encontra em anexo a esta acta) para justificar o porquê de várias obras andarem tantas vezes em Plano e Orçamento. A burocracia é um entrave ao desenvolvimento das populações, disse, e há coisas que não se conseguem contornar de maneira alguma, como por exemplo o Visto do Tribunal de Contas.

Disse também que não podia ser feita política pela política num Concelho tão pequeno e com tantas necessidades como o nosso. Se quisesse fazer política por política diria agora que o anterior Governo era acusado de falta de transparência por ter 1,7 milhões de contos para contratos programa e este tem 5,3 milhões para as Câmaras Municipais depois de lhe terem sido pedidos publicamente 10 milhões para as Câmaras do Partido Socialista e 30,7 milhões de contos para as Juntas de Freguesia.

Era também reclamado que o dinheiro do F.E.F. fosse gerido pelos autarcas consoante as necessidades e não com as limitações de 52% para despesas correntes e 48% para despesas de capital e continua assim. Também se dizia que não devia haver retenções do Poder Central para pagamento de dívidas à banca, à segurança social, etc. e, no entanto continua assim. Quando há perda de receitas de impostos dizia-se que as Câmaras Municipais tinham que ser compensadas e continuam a não ser. Que o distrito da Guarda volta uma vez mais a ser penalizado em PIDDAC, com a retirada de verbas bastante avultadas para obras que se pretendiam e seriam importantes. Até seria possível que este tipo de política caísse bem no âmbito nacional mas, Manteigas é um lugar onde todos nos conhecemos e, enfim, muito se poderia dizer mas penso que já perceberam até onde se pretendia chegar. Já havia tido a oportunidade de explanar em pormenor o Plano e Orçamento em reunião decorrida durante a manhã aos líderes das bancadas dos partidos.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que cada força partidária teria 15 minutos para intervir e deu a palavra em primeiro lugar ao Senhor Deputado Novo de Matos.

O Senhor Deputado Novo de Matos questionou sobre a construção de um hotel e sobre a saúde o que é que a Câmara pretende fazer. Elogiou a iniciativa de construção



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dos 22 fogos de habitação e a cobertura da praça e aproveitamento do terraço para um campo de festas.

Chamou a atenção do Executivo para que não se encostem atrás das secretárias e verifiquem mais no terreno o que se passa no Concelho.

Perguntou ainda sobre a selagem da lixeira e a ETAR de Sameiro, para quando a sua realização, visto terem sido transferidas as obras para o ICN e INAG, por compromisso destes.

Propôs também que em questões ambientais sejam feitos projectos em conjunto com outras entidades, até para maior mobilização da população para a defesa do ambiente. Referiu ir votar favoravelmente porque numa terra tão pequena, é necessário unir esforços para se conseguir fazer algo pelo desenvolvimento desta terra.

O Senhor Deputado Carlos Viegas disse que este Executivo teve humildade a mais ao assumir a pesada herança recebida, vidé Centro de Férias da Sicó, sem nunca se ter queixado. Leu também com atenção a declaração de voto apresentada pela oposição no Executivo. Disse que os deputados do P.P. se iriam abster porque não queriam que através do chumbo do orçamento, daqui a algum tempo, o Senhor Presidente da Câmara estivesse a dizer que estava a defender um Plano da oposição. Referiu ainda que se este Executivo fizer os impossíveis para cumprir o Plano agora apresentado, ele será o primeiro a ficar contente, porque então Manteigas terá melhorado.

O Senhor Deputado Albino Cardoso referiu não perceber porque é que agora aparecem no Plano de Actividades as ideias que ele tinha dado no primeiro ano de mandato.

Perguntou se a verba orçamentada para as escolas era suficiente ou se seria necessário continuar a fazer sorteios pela população para arranjam dinheiro. Quanto ao inquérito de saúde pretende saber para que serviu, louvou as ideias da pista de gelo e espera para breve a concretização do Bairro do Alardo.

Questionou se há intenção de fazer algo no concernente ao Bairro do Outeiro, criticou a iluminação com postes rurais colocada no Loteamento do Souto Grande e os buracos nas ruas de Manteigas.

Perguntou ainda se foi feito estudo para um bom aproveitamento da água que abastecerá os novos tanques e se foi feito um estudo de impacto ambiental para a mini-hídrica da Fonte Santa.

Quanto à cobertura da praça não sabe se será tão boa ideia como se diz devido à localização perto do hospital e do edifício da Câmara. Será para quando uma intervenção na Estrada da Lapa?

Criticou a maneira como foi utilizada a declaração de voto feita pela minoria aquando da aprovação do Orçamento pelo Executivo.

Por último, perguntou por que razão a obra do Jardim de Infância da Lapa deixa de constar no Plano de Actividades da Junta de Freguesia de São Pedro para passar para o da Câmara Municipal.

O Senhor Deputado José Martins Cleto disse que não votaria favoravelmente o aumento dos preços da água e que era inaceitável os só 5.000 contos que a Câmara Municipal pretende transferir para a Junta de Freguesia de São Pedro e entregou uma declaração de voto, que se encontra em anexo a esta acta.

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos referiu que tinha várias razões para não aprovar o Plano de Actividades e Orçamento e apenas não o faz por uma questão de coerência. Criticou fortemente a declaração de voto apresentada na votação em Executivo pelo Senhor Vereador António Manuel de Lemos Santos. Houve várias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

obras previstas em Plano dos anteriores Executivos que não foram executadas pelos mesmos motivos apresentados. Por isso, não entendia o fundamento da crítica da oposição nesta matéria. Disse que deveria haver mais acção por parte do Executivo mas que mesmo assim as críticas da oposição não tem sentido.

O Senhor Deputado Luís Melo disse que este era o Plano possível, um Plano executável e de fim de mandato. Poderá ser considerado eleitoralista mas não é mais que o corolário da actuação desta maioria durante os últimos três anos e a razão de ser do voto dado pela população no último sufrágio eleitoral autárquico.

Referiu que em doze anos de oposição apenas votou contra um Plano, não porque os outros fossem melhores que este mas porque ele é um instrumento indispensável para o trabalho que se pretendia de desenvolvimento para esta terra.

Todos os Planos são limitados não só pelas verbas como também pela capacidade de execução e todos não são demais para levar a bom porto a execução deste Plano.

Vai votar favoravelmente pelo desenvolvimento do Concelho e espera que a Câmara não traia as expectativas dos munícipes.

O Senhor Presidente da Assembleia pretendia por de imediato à votação os documentos mas os deputados queriam que o Senhor Presidente da Câmara lhes respondesse às questões colocadas durante as intervenções.

O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que este Plano não é o ideal mas sim o possível, tendo em conta os recursos disponíveis. Disse também que havia pedido à oposição do Executivo que lhe apresentasse propostas que gostassem de ver incluídas no Plano e esta nada lhe apresentou.

Quanto ao hotel será na Fonte Santa, junto ao viveiro das trutas. Será para breve a venda do terreno e do projecto.

Quanto às questões de saúde, o Centro de Saúde tem o seu próprio funcionamento e o inquérito foi apresentado às pessoas competentes e serão eles a analisá-lo e a tirar as conclusões e a arranjar soluções para os problemas, estando a Câmara Municipal à disposição de todos eles para ajudar a encontrar as soluções.

Quanto ao campo das festas ele está a ser devidamente estudado e sendo uma área de equipamentos prevista no P.G.U. daquela zona, está perfeitamente inserido. Ainda assim serão tomadas precauções para que não venham a surgir problemas.

A selagem da lixeira será feita brevemente e em simultâneo com o aterro sanitário da Associação de Municípios da Cova da Beira.

Existe uma candidatura que envolve todas as escolas, o P.N.S.E. e talvez também a ASE para a comemoração do Dia Mundial do Ambiente.

A E.T.A.R. de Sameiro foi assumida pelo INAG e será para breve, segundo a conversa tida hoje com a Presidente do I.C.N..

O indigitado Provedor do Ambiente tem tido uma atitude crítica em relação ao Estatuto aprovado nesta Assembleia e pretende a sua alteração antes de tomar posse.

Quanto à Escola de Ambiente o caso tem avançado dentro do possível e já foi dado conhecimento ao Senhor Secretário de Estado Adjunto da Ministra do Ambiente sobre a intenção, tendo ele prometido ajudar dentro do possível.

A candidatura do Centro Cívico foi anulada porque todas as Iniciativas de Desenvolvimento Local foram anuladas pelo actual Governo.

Foram feitas intervenções nas escolas e outras serão feitas se for necessário. As piscinas e pista de gelo começaram a andar após várias tentativas de chamada do INATEL ao processo, o que finalmente aconteceu. Não será infelizmente um projecto para já, mas não tem dúvidas que ele se concretizará.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quanto à iluminação no Souto Grande e dos tanques de água, os projectos são do GAT e são executados segundo a sua indicação. A razão da iluminação ser daquele tipo e não doutro foi porque o GAT achou que naquela localização, seria este o indicado e não outro.

A mini-hídrica tem uma comissão de acompanhamento e neste momento o estudo de impacto ambiental já foi estudado de não houve objecções por parte de nenhuma Entidade envolvida.

A estrada da Lapa está a ser tratada a nível de pontes, estando já adjudicadas as pontes do Rio e dos Frades e os troços restantes estão em fase final de projecto.

As obras são entregues as Juntas de Freguesia se estas mostrarem que têm melhores condições que a Câmara Municipal para as fazerem ou acompanhar.

Dirigindo-se ao Senhor Deputado José Martins Cleto disse-lhe que a Câmara não dava nada às Juntas. Apenas aparece esta transferencia de capital porque a Câmara Municipal acha melhor que os caminhos rurais sejam feitos e conservados pelas Juntas de Freguesia. Mas mesmo assim teria que lhe dizer que a Junta de Freguesia de São Pedro tinha recebido mais apoio durante o ano de 1996 que as de Santa Maria e Sameiro em conjunto.

Após estes esclarecimentos, o Senhor Vereador António Manuel de Lemos Santos pediu para intervir tendo-lhe sido negado pelo Senhor Presidente da Câmara e pelo Senhor Presidente da Assembleia a intervenção.

O Senhor Deputado Albino Cardoso pediu para intervir tendo o Senhor Presidente da Assembleia negado qualquer intervenção mais.

Posto à votação o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 1997, foi o mesmo aprovado por nove votos a favor, duas abstenções e seis votos contra.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

Os representantes do Partido Socialista apresentaram uma declaração de voto que se encontra em anexo a esta acta.

Feito um pequeno intervalo, o Senhor Presidente da Assembleia pediu desculpa por não ter lido anteriormente a declaração de voto apresentada pelo Senhor Deputado José Martins Cleto, tendo-o feito de seguida.

A Senhora Deputada Fernanda Isento Pereira apresentou um requerimento que se encontra em anexo a esta acta.

O Senhor Presidente da Assembleia leu e pôs à votação este requerimento e após votação secreta, foi encontrado o seguinte resultado: seis votos a favor, cinco abstenções e seis votos contra. Em consequência do resultado o Senhor Presidente da Assembleia utilizou o seu voto de qualidade, tendo indeferido o requerimento.

O Senhor Deputado José Quaresma Domingos declarou ter-se absterido na votação por o assunto lhe dizer respeito directamente.

O Senhor Deputado Luís Melo disse que esta era uma questão legal e que o Senhor Vereador António Manuel de Lemos Santos deveria ser simplesmente impedido de intervir pois não aceitou qualquer pelouro no Executivo. Contudo, não se pense que é a primeira vez que alguém é impedido de falar, de outras vezes, Vereadores que tinham, inclusivamente, pelouros distribuídos o foram. O ex-Vereador António Massano Ambrósio, foi expulso desta sala por querer responder a questões mais graves que esta e a propósito do seu pelouro.

O Senhor Deputado Carlos Viegas e o Senhor Deputado Novo de Matos declaram abster-se por não terem conhecimento jurídico suficiente para poder votar conscientemente este assunto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Dois - Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de 23-10-96, referentes à taxa da Contribuição Autárquica relativamente aos prédios urbanos, prevista no artº 16º do Decreto-Lei nº 442-C/88, de 30 de Novembro, com a redacção dada pela Lei nº 39-B/94, de 27 de Dezembro;

Não tendo havido qualquer pedido de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação da proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

Três - Aprovação do Regulamento Municipal destinado ao exercício de transporte de aluguer em veículos ligeiros de passageiros;

Não tendo havido qualquer pedido de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação da proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade.

Quatro - Regulamento Municipal de Recintos de Espectáculos e Divertimentos Públicos;

Não tendo havido qualquer pedido de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação da proposta apresentada, tendo sido aprovada por unanimidade.

Cinco - Regionalização;

Para discussão inscreveram-se os Senhores Deputados Luís Melo, Carlos Viegas, Albino Cardoso e Novo de Matos.

O Senhor Presidente da Assembleia começou por ler o ofício recebido da Assembleia da República sobre o assunto.

O Senhor Deputado Luís Melo referiu que eventualmente seria benéfico para o Concelho de Manteigas a regionalização pois o FEF que é recebido é tão pequeno que pior não deveria acontecer. No entanto, pensa que o assunto é tão melindroso e tem dividido tanto as opiniões de todos, que deve ser através de referendo popular que se deve decidir o que fazer.

Disse não estar disposto a aceitar uma qualquer regionalização, mas sim uma que permita diminuir e extinguir as disparidades entre o litoral e o interior, mas que esta não seja também encarada como que uma derradeira oportunidade de desenvolvimento para o interior mais desfavorecido.

Apresentou uma proposta que se encontra em anexo a esta acta.

O Senhor Deputado Carlos Viegas disse que o Partido Popular tinha feito um referendo interno e que a posição maioritária tinha sido contra a regionalização, mas que iria falar em seu nome e não em nome do partido.

Disse ser contra a regionalização não só porque o país é pequeno demais para ainda ser retalhado como defendia acima de tudo um reforço dos municípios e das associações de municípios sobre tudo. Tendo a União Europeia tomado a forma de Europa das regiões, não fazia agora qualquer sentido ir criar ainda mais regiões que aquelas que já existem. Apoiou ainda a proposta apresentada pelo P.S.D..

O Senhor Deputado Albino Cardoso perguntou se alguém tinha uma alternativa à regionalização e se alguém poderia garantir o fracasso da mesma. Disse ser mais importante saber e discutir qual a forma de regionalização que vamos ter do que qualquer outra coisa.

O Senhor Deputado Novo de Matos disse que o principal interesse da regionalização era aproximar os cidadãos do poder político e de tornar os poderes intermédios eleitos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

As Comissões de Coordenação Regional são neste momento uns apêndices do poder central e com a regionalização isso deixará, nos futuros órgãos regionais, de acontecer. Serão as populações a eleger os representantes intermédios com o poder central em vez de serem impostos por este último.

A regionalização é dar a cada uma das zonas específicas, a possibilidade de se desenvolver integradamente, segundo a sua cultura, segundo os seus usos, pelas suas próprias convicções. A regionalização permitiria vários tipos de desenvolvimento em vez do desenvolvimento de tipo único que agora se pretende.

Referiu ainda ser contra o referendo pois a regionalização está consagrada na Constituição da República e o referendo desta matéria abriria o perigoso precedente de referendar matéria constitucional. E dirigindo-se ao Senhor Deputado Carlos Viegas disse que a entrada de Portugal na Comunidade Europeia é que deveria ser referendada e não o foi e nada existe na Constituição que diga que temos que pertencer à União Europeia.

Apresentou de seguida uma proposta que se encontra em anexo a esta acta.

O Senhor Deputado Carlos Viegas respondeu ao Senhor Deputado Novo de Matos que essa matéria era muito cara ao Partido Popular mas, por achar não se enquadrar neste debate, nem sequer a tinha focado e que por estar consagrado na Constituição não havia problema pois estava a decorrer neste momento uma Revisão Constitucional.

O Senhor Deputado Luís Melo disse que sobre este aspecto queria salientar que a Constituição deveria ser um documento altamente dinâmico e que só não tem sido porque os partidos políticos não têm tido coragem política para assim a tornar. Disse estar de acordo com o Senhor Deputado Carlos Viegas quando defende o reforço das Associações de Municípios pois serão provavelmente estas as que melhor contacto têm com o país real e assim melhor poderem resolver os problemas das populações.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à consideração as duas propostas recebidas, tendo a do PSD sido aprovada com dez votos a favor, três abstenções e quatro votos contra e a da CDU rejeitada com dez votos contra e sete a favor.

O Senhor Presidente da Assembleia pediu que fossem enviadas ambas as propostas à Assembleia da República com os resultados das votações.

Este ponto de ordem foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

Seis - Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia, sobre a tomada de posse do Provedor do Ambiente, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para este dar a conhecer aos Senhores Deputados qual o ponto da situação.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o indigitado Provedor do Ambiente queria ver aprovadas algumas alterações ao Estatuto do Provedor antes de tomar posse do cargo. Leu aos Senhores Deputados as alterações que eram pedidas.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que lhe parecia que algumas alterações eram bastante interessantes pois davam aos processos uma certa semelhança com as os actos administrativos.

O Senhor Deputado Carlos Viegas propôs que devido ao número de alterações propostas, seria melhor que a discussão destas alterações fossem apresentadas na próxima sessão da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia alguma oposição para que tal acontecesse e nada tendo sido registado, ficou assim agendado para a próxima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sessão da Assembleia Municipal a discussão da alteração do Estatuto do Provedor do Ambiente.

Passando ao último ponto da ordem de trabalhos, inscreveram-se para intervir os Senhores Deputados Novo de Matos, Carlos Viegas, Luís Melo, Albino Cardoso, Manuel Quaresma Domingos, José Martins Cleto e José Paulo Fraga.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que tinham dado entrada um requerimento e uma moção e se havia mais propostas escritas, que fossem apresentadas naquele momento, tendo o Senhor Deputado Novo de Matos apresentado um documento pedindo as actas da Comissão Concelhia de Saúde.

O Senhor Deputado Novo de Matos começou por perguntar se o representante da Assembleia na Comissão Concelhia de Saúde havia pedido a demissão, como havia dito na última sessão.

Perguntou também se já estava feito, e em caso afirmativo, se poderia ser consultado o relatório do Projecto do Maciço Central. Questionou também sobre se já houve ou se vai haver reuniões da Comissão de Acompanhamento das Penhas Douradas.

Não deixou ainda de lamentar que na última sessão da Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara tenha abandonado a sessão ao intervalo sem ter avisado que o iria fazer.

Por último questionou se havia algum licenciamento para uma obra que está a decorrer junto à barragem da Torre.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que tinha tido hoje conhecimento do que se estava a passar através do Parque Natural, e que o PNSE também apenas hoje tomou conhecimento.

O Senhor Deputado Novo de Matos disse esperar que visto não haver licenciamento, a obra seja imediatamente embargada e multados os responsáveis pela mesma.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu que ainda não houve nenhuma reunião da Comissão de Acompanhamento das Penhas Douradas e o Senhor Presidente da Câmara complementou a informação dizendo que havia dado conhecimento ao PNSE da existência desta Comissão, o qual, deu conhecimento à CCRC e pediu ao Instituto Florestal para entrar também no processo, pois seria previsível que tivessem cartografia actualizada daquela zona. Afinal não tinham. Quando tudo isto estava a ser encaminhado, surge a questão dos baldios e põem novamente tudo em stand-by, dado aqueles terrenos serem maioritariamente baldios.

O Senhor Deputado Luís Melo chamou a atenção para várias casas antigas em risco de ruína, perguntou o que se passa com o Caminho da Boavista, sobre o notícia saída no Notícias de Manteigas em que é dito a Câmara Municipal possuir mais de cem mil contos em depósitos e atrasos significativos nos pagamentos a empreiteiros, apresentou uma moção sobre a E.N. 232 e questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a sua deslocação recente a França.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a JAE havia dito que a estrada iria a concurso em Setembro/Outubro e que como tal não havia sucedido telefonou para o Senhor Director da JAE - Coimbra, que lhe disse que faltava ainda os projectos das obras de arte que seriam remodeladas e que contava em Dezembro ter tudo pronto para concursar.

No tocante aos cem mil contos a prazo, a Câmara Municipal não deve qualquer verba nem aos empreiteiros de Manteigas nem a outros. O saldo resulta dos adiantamentos que o Governo faz dos duodécimos do FEF a que a Câmara Municipal tem direito e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que com a despesa prevista até final do ano, o saldo previsível que passará para o ano seguinte será da ordem dos quinze mil contos, o que não é nada fora do comum.

Se os empreiteiros cumprissem os prazos das obras que ajustam, o saldo não seria tão grande, e se não recebem é porque as obras não estão executadas.

Foi a França como Presidente da ADRUSE e a convite do Observatório Internacional do Programa LEADER Europeu. Tiveram a sorte de ficar numa comunidade de aproximadamente duzentas e cinquenta pessoas e que fazem do termalismo um produto turístico. Também eles têm uma piscina de água quente com o aproveitamento energético das termas e estabeleceu um acordo internacional entre eles e a ADRUSE para construção das piscinas em Manteigas e talvez também Meda esteja interessada porque também tem termas. O Observatório vai disponibilizar cerca de novecentos contos para os técnicos virem ver o que se pretende fazer porque em relação a eles temos a inovação da pista de gelo e técnicos nossos irão lá para ver como funcionam as piscinas. Se o intercâmbio se mostrar proveitoso, irá ser disponibilizada uma verba de cerca de quatro mil contos e será feita uma candidatura directamente a Bruxelas para participação dos empreendimentos.

Também fez um convénio com uma Associação Espanhola de Ambiente e já foi enviada a documentação dizendo o que se pretende fazer a nível ambiental nesta zona, nomeadamente na bacia do Zêzere e prevê-se que o processo corra em paralelo com o da piscina - pista de gelo.

Também com os espanhóis foi iniciado um contacto para desenvolvimento de criação de gado lanífero num intercâmbio com Marrocos.

A viagem que pensava ser apenas para aprender como se desenvolveu o LEADER pela Europa fora, acabou por ser bastante proveitosa e dentro de seis semanas conta ter respostas nas matérias que acabou de referir por parte da vice-presidente do Observatório.

O Senhor Vereador José Abrantes Serra já tinha conhecimento das casas em ruínas e estão a ser tomadas medidas para que não venha a haver problemas.

O Caminho da Boavista está à espera de intervenção por parte do empreiteiro que tem prometido vir intervir, um dia após outro.

O Senhor Deputado José Martins Cleto disse que o caminho do Zorrão, junto ao fontanário está naquele estado porque ele não quer que o empreiteiro deite o tapete com o mau tempo que se tem verificado, porque assim pode não ficar nas melhores condições.

Perguntou porque razão foi permitida a ocupação de uma casa pré-fabricada no Bairro do Alardo uma vez que são para demolir.

Quanto à vala que está a ser aberta na Torre, pensa que será para fornecer água aos canhões de neve recentemente instalados e que se a Câmara Municipal não licenciou a obra deverá actuar, pois já não é a primeira vez que a Turistrela tenta ludibriar o Município de Manteigas.

O Senhor Deputado Carlos Viegas informou a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal que virá brevemente uma inspecção da Inspeção Geral de Finanças para verificar a legalidade da Unidade de Engarrafamento de Águas.

O Senhor Deputado Albino Cardoso perguntou se já tinha sido encontrado o processo da queixa apresentado no início do ano pelo Município Mário Cardoso Cleto e se já foi aprovado mais algum projecto de construção do Loteamento do Souto Grande pois está a ser desaterrado um lote.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Vereador José Abrantes Serra disse que o processo não está perdido e o assunto está a ser tratado.

Quanto ao Loteamento do Souto Grande os lotes que estão a ser desaterrados são dos funcionários desta Câmara, Paulo Costa e Rui de Carvalho e serão também desaterrados os lotes 16 e 17 para se tentar assim uma mais fácil venda. O funcionário Paulo Costa pediu se podia fazê-lo e a Câmara concedeu porque não tendo onde arranjar saibro para os caminhos rurais, aproveitou a oportunidade surgida, até porque os encargos para a Câmara são apenas a disponibilização das máquinas no fim-de-semana e o combustível porque a mão-de-obra é por conta do interessado.

O Senhor Deputado Albino Cardoso disse haver uma violação clara do Decreto-Lei nº 250/94 e disse que por uma questão de justiça a Câmara Municipal devia compensar os outros compradores pois ele, para o mesmo efeito, havia pago uma verba de quatrocentos e cinquenta mil escudos.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que este problema, tal como outros apresentados no início, são do âmbito da Câmara Municipal.

O Senhor Deputado Manuel Quaresma Domingos disse que o Senhor Deputado Luís Melo era um bom militante ao dar a mão ao Senhor Presidente da Câmara para este dizer coisas que lhe convinham. Salientou também que o Notícias de Manteigas demonstrava estar a cumprir a missão dele, pois muita gente se chateava com o que lá vinha escrito.

Pôs em dúvida o que o Senhor Presidente da Câmara havia dito pois se previa 4.160 contos de juros em receita para 1997, é porque, mesmo que conseguisse uma taxa de rentabilidade de 8%, seria necessário um depósito permanente de cinquenta mil contos. Disse folgar que neste momento não se devesse nada aos empreiteiros, mas já tinha acontecido, ao que o Senhor Presidente da Câmara lhe respondeu que acontecia era o contrário. Havia excedente de dinheiro porque os empreiteiros não acabavam as obras. Nunca a Câmara atrasou qualquer pagamento aos empreiteiros nem a ninguém. Quanto ao depósito, perguntou ao Senhor Deputado se duvidava do que lhe tinha dito, que fizesse a conta a dois meses de FEF e veria.

O Senhor Deputado perguntou ainda pelo inquérito pedido na sessão da Assembleia Municipal decorrida em Sameiro.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu-lhe que a Assembleia Municipal não tinha autoridade para pedir qualquer inquérito e mesmo assim foi feito e as conclusões estão constantes dum acta do Executivo. Poderão, portanto, ser consultadas por todos.

O Senhor Deputado Luís Melo disse que depois de ler a notícia perguntou o que se passava e em relação às dívidas e foi-lhe dito e mostrado que os pagamentos, após serem feitos os autos de medição, demoram em média menos de quinze dias a serem pagos. Sabemos também que é norma das Câmaras da zona pagarem a cento e cinquenta dias e mais. Veja-se assim qual o atraso desta Câmara. Da mesma maneira que obtive informação também o Senhor Deputado Manuel Domingos a obteria se tivesse perguntado. Fez requerimento para que seja reposta a verdade, pois estamos perante desinformação talvez propositada e isso não pode nem deve acontecer.

Quanto aos depósitos a prazo, se o Senhor Presidente da Câmara tem engenho para conseguir trazer o dinheiro antes deste ser necessário e pô-lo a render para o município até à necessidade do utilizar para pagamentos, essa atitude é de louvar e não de rebaixar.

O Senhor Deputado Manuel Domingos disse que nada tinha contra os depósitos mas sim contra os atrasos nos pagamentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

O Senhor Deputado José Paulo Fraga disse que era salutar finalmente ao fim de catorze anos ser feita a primeira obra por preço global. É bom que assim continue.

Também têm surgido problemas com a execução da empreitada do Arranjo Urbanístico da Entrada da Vila. O mesmo empreiteiro ganhou o concurso para o Abastecimento de Água. Espera que a Câmara Municipal já tenha tomado providências para que não haja problemas nessa obra. Quanto ao lote 17 do Souto Grande, encontra-se construído, portanto os lotes em causa serão os 15 e 16 e não o 16 e 17.

Quanto à Unidade de Engarrafamento de Águas, o projecto de arquitectura entrou em 22/03/95, a alteração do loteamento foi requerida em 11/11/95 e a anexação do lote é pedida em 04/96. Alguma coisa não está certa, pois se é assim, estiveram a construir durante algum tempo em terreno que não era deles.

O Senhor Presidente da Câmara disse não possuir naquele momento elementos para poder responder, mas que o fará depois.

O Senhor Presidente da Assembleia disse que tinha em seu poder uma proposta assinada por todos os Senhores Deputados, que se encontra em anexo a esta acta, sobre o problema do Município Luís Bruno e que irá ser encaminhada para a Câmara Municipal para ser dado andamento ao processo.

Sobre a moção apresentada pelo PSD acerca da E.N. 232, que se encontra em anexo a esta acta, depois de lida, o Senhor Presidente da Assembleia, visto ninguém ter solicitado qualquer esclarecimento, colocou-a à votação e foi aprovada por unanimidade.

Sobre o requerimento apresentado acerca da notícia das dívidas da Câmara Municipal a empreiteiros, que se encontra em anexo a esta acta, foi o mesmo enviado à Câmara Municipal para lhe dar seguimento.

Cerca das duas horas, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, agradecendo a presença de todos, deu por encerrada a Sessão, da qual vai ser lavrada a presente acta, que depois de lida, comentada e votada, será assinada pelos Membros da Mesa.
